



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 15/2012

PROCESSO nº 08335.009606/2012-82

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, mediante o Pregoeiro, designada pela Portaria nº 204/12-SR/DPF/MS, de 15 de junho de 2012, do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**MENOR PREÇO**", **destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 (Pregão Eletrônico), lei complementar 123/06 e Decreto 6204/07 que tratam do tratamento preferencial às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), IN/SLTI-MP nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela instrução normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

Data da abertura da sessão pública: 31/10/2012

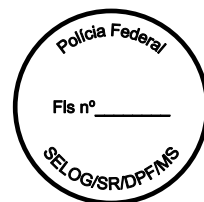
Horário: 09h00m (horário de Brasília)

Endereço: www.comprasnet.gov.br – UASG: 200354

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O presente Edital tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de manutenção, preditiva, preventiva, e corretiva, com reposição de peças (quando necessária a substituição) de 02 (dois) elevadores de passageiros, da marca OTIS, com acionamento elétrico e com casa de máquinas, sendo um (01) equipamento com três (3) paradas, capacidade para até 12 (doze) pessoas ou 900 quilogramas, outro com quatro (4) paradas e capacidade para até sete (7) pessoas ou 525 quilogramas, modernizados pela empresa ELEVAENGE ELEVADORES LTDA no ano de 2012, instalados na Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, situada à rua Luiz Fernando Fernandes 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

1.2. Os itens a serem licitados serão compostos em um único lote, a saber:

LOTE I	
ITEM I	SERVIÇO – serviços de manutenção, conforme descrição, rotina de procedimentos e periodicidade previstos no Termo de Referência, anexo I deste edital
ITEM II	MATERIAL – Peças e Materiais de reposição

1.2.1 O item II NÃO será objeto de disputa e será adjudicado ao vencedor do lote I, devendo a licitante lançar o mesmo valor constante do modelo de proposta.

1.2.1.1 A substituição de peças não cobertas pela garantia da empresa ELEVAENGE –modernizadora das unidades, deverá ser precedida de orçamentos, apresentados e aprovados pela Fiscalização designada formalmente pela CONTRATANTE, após análise e comparação dos custos, frente aos preços praticados no mercado.

2. DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão **microempresas e empresas de pequeno porte**, do ramo de atividade relacionada ao objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e estiverem **previamente credenciados** perante o sistema eletrônico por meio do sítio www.comprasnet.gov.br para participação de Pregão Eletrônico.

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

2.2.1. Com falência, recuperação (judicial e extrajudicial) de empresas, insolvência, judicialmente decretada, sob concordata, fusão, cisão ou incorporação;

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração Pública;

2.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União;

2.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Que estejam reunidas em consórcio sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

2.2.8. Cooperativas de mão-de-obra que não se enquadrem nas disposições dos artigos 4º e 5º da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30 de abril de 2008;

2.2.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum.

2.2.10. Empresas cujo estatuto social não inclua o objeto desta licitação.

2.2.11. Que não explorarem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação – art. 29º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

2.2.12. Que foram proibidas de contratar, pelo período de até 03 (três) anos, com a Administração Pública, em razão da aplicação de sanção restritiva de direito por infração administrativa ambiental – inciso V, § 8º, do art. 72 da Lei nº 9.605/1998

2.2.13. Que se enquadrem nas vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

2.3. Havendo indícios de fraude, será adotada a prerrogativa disposta no § 3º do artigo 43 da lei 8666/93.

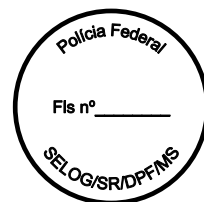
3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.2 O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública.

4.3.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.4. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.4.1. O licitante microempresa – ME – ou empresa de pequeno porte – EPP – deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no Sistema, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.4.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou ao enquadramento do licitante na condição de ME ou de EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. A proposta deverá conter:

4.5.1. As especificações do objeto de forma clara e precisa. Caso haja descrição complementar do objeto, deve ser utilizado o campo próprio para descrição das características complementares, vedado o preenchimento deste com dados aleatórios;

4.5.2. O prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta dias corridos) a contar da data da sua apresentação;

4.5.3. Preços unitário (mensal) e total(anual) para fornecimento dos serviços licitados em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), considerando as especificações constantes do Anexo I deste Edital;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

4.5.3.1. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

Parágrafo único - O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não deverão ser incluídos na proposta de preços apresentada.

4.5.3.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

4.6. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6. DA FORMULAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. DA FORMULAÇÃO:

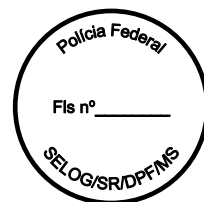
ITEM I – SERVIÇO

Valor mensal para prestação de serviço de manutenção, preditiva, preventiva, e corretiva de 02 (dois) elevadores de passageiros, da marca OTIS, com acionamento elétrico com casa de máquinas sendo (01) um equipamento com 3 (três) paradas capacidade para até 12 (doze) pessoas, ou 900 kilogramas e outro com 4 (quatro) paradas capacidade para até 7 (sete) pessoas, ou 525 kilogramas, modernizados pela empresa ELEVAENGE ELEVADORES LTDA no ano de 2012, instalados na Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, situado à rua Luiz Fernando Fernandes 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS

- **Unidade:** Mês

- **Quantidade:** 12

- **Valor Unitário(mensal):** R\$



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

ITEM II – PEÇAS / MATERIAIS DE REPOSIÇÃO

- **Unidade:** Mês

- **Quantidade:** 12

- **Valor Unitário(mensal):** R\$ 500,00

Observação: Não serão aceitos valores diferentes para o item.

6.2. O julgamento das propostas obedecerá ao critério (tipo) de MENOR VALOR GLOBAL para o lote, resultante da soma dos valores finais dos itens, considerando todas as despesas, ônus e recomendações constantes neste edital e seus anexos.

6.2.1 Os valores de referência apurados pela administração, e que serão os máximos admitidos neste certame, estão dispostos a seguir:

	Mensal	Anual
Serviços	R\$ 1.281,33	R\$ 15.376,00
Peças/materiais	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
TOTAL:		R\$ 21.372,00

6.3. A contratação unificada da prestação de serviço com o fornecimento de materiais/peças observa primordialmente o Princípio Administrativo da Eficiência, previsto na Magna Carta, motivo pelo qual foi adotado o tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

6.4. Não serão aceitos valores maiores que os de referência, apurados pela administração, para quaisquer dos itens ofertados.

6.5. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.6. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.7. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.8. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

6.9. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o pregoeiro e os licitantes.

6.10. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.1.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, por item, sendo considerado para fins de classificação o menor **VALOR GLOBAL PARA O LOTE**, resultante da proposta para o item em disputa.

7.2. No que se refere ao lance, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento, respectivo horário de registro e valor.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras de aceitação destes.

7.4. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

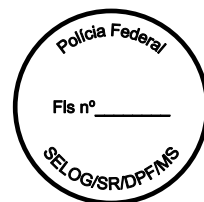
7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

7.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9. Caso o licitante não apresente lances será considerado o valor de sua proposta e na hipótese de desistência de apresentar lances valerá o último lance por ele ofertado.

7.10. Apurada a proposta de menor preço, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

8. DA DESCONEXÃO

8.1. Caso o sistema seja desconectado para o pregoeiro, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço Global anual para o lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

9.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará as propostas classificadas em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exeqüibilidade.

9.2.1 Não serão aceitos valores superiores aos de referência apurados pela administração, conforme informações constantes no item 6 deste edital.

9.3 O pregoeiro convocará o licitante detentor do melhor preço a enviar anexos com a proposta de preços conforme modelo estabelecido no Anexo II, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor por meio do sistema comprasnet no prazo **de 02 (duas) horas a contar da convocação**, sem prejuízo do posterior envio dos originais.

9.3.1. Caso, por motivo de força maior, não seja possível o envio dos documentos citados no subitem anterior pelo sistema, os mesmos deverão ser enviados por fax (67 3368-1299), ou ainda, em arquivo digitalizado, pelo e-mail cpl.srms@dpf.gov.br, dentro do mesmo prazo, sem prejuízo do posterior envio dos originais.

9.4. O pregoeiro poderá exigir justificativa do valor ou percentual de qualquer componente da planilha de formação de preços apresentada pelo licitante.

9.5. Será desclassificada a proposta final cuja planilha de formação de preços não reflita a real dimensão de qualquer um de seus componentes e apresente preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade.

9.6. Se a proposta de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.7. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

9.8. Caso haja desistência da proposta, ou não encaminhamento da mesma após a fase de lances no prazo determinado no Edital, ou mesmo, quando solicitada a readequação da planilha, no prazo estabelecido pelo pregoeiro por meio do chat no comprasnet, poderão ser aplicadas as sanções cabíveis.

9.9 Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital:

9.10 No julgamento das propostas aplicam-se o disposto no artigo 26, § 3º, do Decreto nº 5.450, de 2005.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital, podendo esta comprovação se dar por meio eletrônico, pelo site www.comprasnet.gov.br, e-mail cpl.srms@dpf.gov.br ou pelo fax número **(67) 3368-1299** e, no que couber, por meio de consulta ao SICAF, conforme o caso, com posterior encaminhamento do documento pertinente no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) **horas** a contar da solicitação no sistema eletrônico.

10.1.1 Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.1.2 Os dados dos documentos de habilitação das licitantes com registro atualizado no SICAF a serem avaliados são os seguintes:

- a)** número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b)** Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c)** prova de quitação com as fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- d)** Certidão (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- e)** CRF - Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f)** CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida a partir do Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas, centralizado no Tribunal Superior do Trabalho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

10.1.3. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de **02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.2 Declarações Complementares, que poderão ser feitas em campo específico no sistema comprasnet:

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
- b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002;
- c) declaração que comprove, se for o caso, o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no art.3º da Lei Complementar nº123/06 e comprovar tal condição por meio de registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- d) Declaração de elaboração independente de proposta.

10.3 Para a habilitação, o licitante detentor do menor preço deverá apresentar, ainda, os documentos a seguir relacionados:

10.3.1– Um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, em nome da licitante emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, lavrado(s) e assinado(s) por servidor/funcionário competente do respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal ou empresa privada, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados que comprovem ter a Licitante prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente certame.

10.3.2 – Comprovar possuir em seu quadro funcional 02 (dois) Técnicos com experiência de no mínimo 03 (três) anos em assistência técnica de manutenção de elevadores semelhantes ao instalado no prédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, comprovados com a cópia de Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, disponíveis para a execução dos serviços.

10.3.3 – A empresa deverá possuir no rol de responsáveis técnicos registrados junto ao CREA no mínimo 01 (um) Engenheiro Mecânico.

10.3.3.1 – A Licitante deverá comprovar o vínculo empregatício na data de apresentação das propostas do profissional que irá participar do quadro de profissionais de nível superior, nos seguintes termos:

10.3.3.1.1 Os profissionais citados deverão fazer parte do quadro de pessoal da licitante na condição de sócio ou diretor ou empregado e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência e titulação equivalente ou superior, desde que aprovados pelo órgão licitante.

10.3.3.1.2 A comprovação de que ditos profissionais fazem parte do quadro de pessoal da empresa, deverão obrigatoriamente ser feitas por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, para o empregado. No caso de sócio, diretor ou proprietário, estatuto ou contrato social da empresa, com sua última alteração.

10.3.3.1.3 O profissional cujo currículo for apresentado nas condições anteriores deverá, obrigatoriamente, participar dos trabalhos, caso o serviço seja adjudicado ao proponente.

10.3.4 – Certidão de Registro e Quitação no CREA de pessoa jurídica em plena validade;

10.3.5 – Atestado de Vistoria – conforme Anexo III deste edital, assinado pelo servidor responsável, de que realizou a vistoria minuciosa nos 02 (dois) elevadores da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

10.3.5.1– A vistoria deverá ser previamente agendada com a Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul pelo telefone: (67) 3368-1202, nos dias úteis das 9h00min às 17h00min, no máximo até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da abertura da licitação.

10.3.5.2– A vistoria dos equipamentos faz-se necessária devido a modernização dos equipamentos, não tendo sido feita nenhuma alteração na parte mecânica dos mesmos, sendo portanto imprescindível a vistoria para que o licitante possa ter conhecimento da parte mecânica existente e dos itens modernizados possibilitando assim vislumbrar um horizonte de eventos de manutenções corretivas e preventivas de forma mais precisa em sua oferta de preços.

10.3.6. Declaração expressa do responsável pela licitante de que a empresa não tem como sócios, gerentes ou diretores, servidor ocupante de cargo de direção do Departamento de Polícia Federal, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive.

10.4. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.5. No caso de inabilitação, o pregoeiro retomar o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.6 Para fins de habilitação, o pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

10.7 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

10.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.9 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.11 A comprovação dos requisitos de habilitação será exigida do licitante de acordo com o vulto e a complexidade de cada item, conforme critérios estabelecidos neste Edital.

10.12 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.13 Os documentos de habilitação deverão ser enviados eletronicamente pelo sistema comprasnet, ou, na impossibilidade de envio pelo sistema, pelo e-mail cpl.srms@dpf.gov.br ou fax 67 3368-1299, no mesmo prazo, devendo os originais ou cópias autenticadas darem entrada no protocolo da SR/DPF/MS em até 2(dois) dias úteis, contados a partir do encerramento da fase de aceitação, no endereço:

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS- LICITAÇÕES

REF.: **HABILITAÇÃO PREGÃO 15/2012-SR/DPF/MS**

RUA FERNANDO LUIZ FERNANDES, 322 – VILA SOBRINHO
79110-503 - CAMPO GRANDE – MS

10.14 O pregoeiro poderá valer-se, ainda, de consulta ao SICAF sobre o histórico de ocorrências registradas sobre o fornecedor, e decidir sobre sua habilitação.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final, contendo a planilha atualizada de formação de preços e eventuais justificativas apresentadas pelo proponente vencedor deverá ser recebida pelo Setor de Protocolo desta SR/DPF/MS no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, juntamente com a documentação de habilitação.

11.1.1. A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal do licitante.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

11.1.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato, no momento da repactuação ou de aplicação de eventual sanção à empresa, se for o caso.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, no prazo de 30 minutos e com a declaração dos motivos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizada a adjudicar o objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, que será posteriormente homologado pela autoridade competente.

12.3. A pretensão recursal descabida, desprovida de razões minimamente sólidas e razoáveis, feita apenas com intuito especulativo e procrastinatório, e que acarrete um atraso na conclusão do certame, poderá sujeitar o licitante a instauração de processo administrativo visando a aplicação da penalidade prevista no art. 14 do Decreto 3555/2000.

12.4. Cabe o pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

12.5. O acolhimento de recurso, pelo pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

12.7. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

12.8. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

13. DO CONTRATO

13.1. A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação por escrito, para assinatura do Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da fornecedora e aceita pela Administração.

13.3. Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN -, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de verificada a aceitabilidade das propostas, feita a negociação e, comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.6 Durante a vigência do contrato a fiscalização será exercida por um representante da Administração, designado pela SR/DPF/MS, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.

13.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

13.8. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.9. O prazo de vigência do Contrato será inicialmente até 31/12/2012, a contar da data de sua assinatura, tendo sua eficácia condicionada à publicação no Diário Oficial da União, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57 da Lei 8.666 de 1993, alterada pela Lei nº 9.648 de 1998.

13.10. A parcela referente ao exercício financeiro de 2013 será objeto de apostilamento quando da disponibilização dos recursos respectivos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos Anexos I e III, respectivamente, Termo de Referência e Minuta do Contrato.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Ocorrendo a entrega definitiva dos materiais, após devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pelo adjudicatário, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos materiais. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à empresa vencedora, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93.

15.3. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que o adjudicatário providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul (SR/DPF/MS).

15.4. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a SR/DPF/MS reterá, na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

15.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela SR/DPF/MS, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)^{N/30}-1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O fato gerador da despesa e crédito orçamentário tem a seguinte classificação: EV 300083 e 300063, ESF 1, PTRES: 045810; FONTE: 0174020227; PI: 375F; Natureza da Despesa: 3390.39, 3390.30; Exercício Orçamentário e Financeiro: 2012.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.11 O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

17.11.1 advertência.

17.11.2 pelo atraso injustificado na execução do serviço objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a prestação do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas.

17.11.3 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

17.11.4 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.11.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

17.11.6 aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

17.12 As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

17.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

18.1 A Contratada terá direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

18.2 A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

18.2.1 A comprovação será feita por meio de documentos alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias.

18.2.2 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

18.2.3 A Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá à revisão do contrato.

18.3 Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

18.4 As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – Os serviços ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo fiscal de Contrato indicado pelo Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, conforme estabelece o Art. 6 do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;

19.2 – O Fiscal do Contrato e/ou o seu substituto legal devem fazer o acompanhamento do contrato, zelando pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento, efetuando gestões administrativas junto à CONTRATADA, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/93;

19.3 – Todas as irregularidades constatadas pelo Fiscal do Contrato e/ou por seu substituto legal na fiscalização do contrato que extrapolem suas competências e atribuições legais serão comunicadas o mais breve possível ao Gestor de Contratos da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, para que este tome as medidas cabíveis e pertinentes aos casos.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

20.1.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20.2. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, pelo e-mail: **cpl.srms@dpf.gov.br**.

20.2.1. O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.

20.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

20.5. É facultada ao pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.8. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

20.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.10. O licitante deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

20.11. As condições para solicitação de equilíbrio financeiro e repactuação, relativas a execução contratual, são as constantes na cláusula quarta da minuta de contrato, anexo III e parte integrante deste edital.

20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público nos termos do § 2º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.

20.14. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

20.15. O Edital e seus Anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: www.dpf.gov.br e www.comprasnet.gov.br, e poderá ser lido e/ou obtido na SR/DPF/MS, situada na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, no horário comercial. Telefones/fax para contato: (67)3368-1188 e (67)3368-1109.

20.16. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço acima.

20.17. Nos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, Instrução Normativa nº 02, de 2008, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação correlata.

20.18. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o do Foro de Campo Grande, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro.

20.19. São partes integrantes do presente edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços

Anexo III - Modelo de Atestado de Visita

Anexo IV – Minuta do Contrato

Campo Grande/MS, 17 de outubro de 2012.

Daiane Machado Severo dos Santos Flores
Pregoeira

EDGAR PAULO MARCON
Superintendente Regional
SR/DPF/MS